

# Um século de movimento estudantil no Brasil.

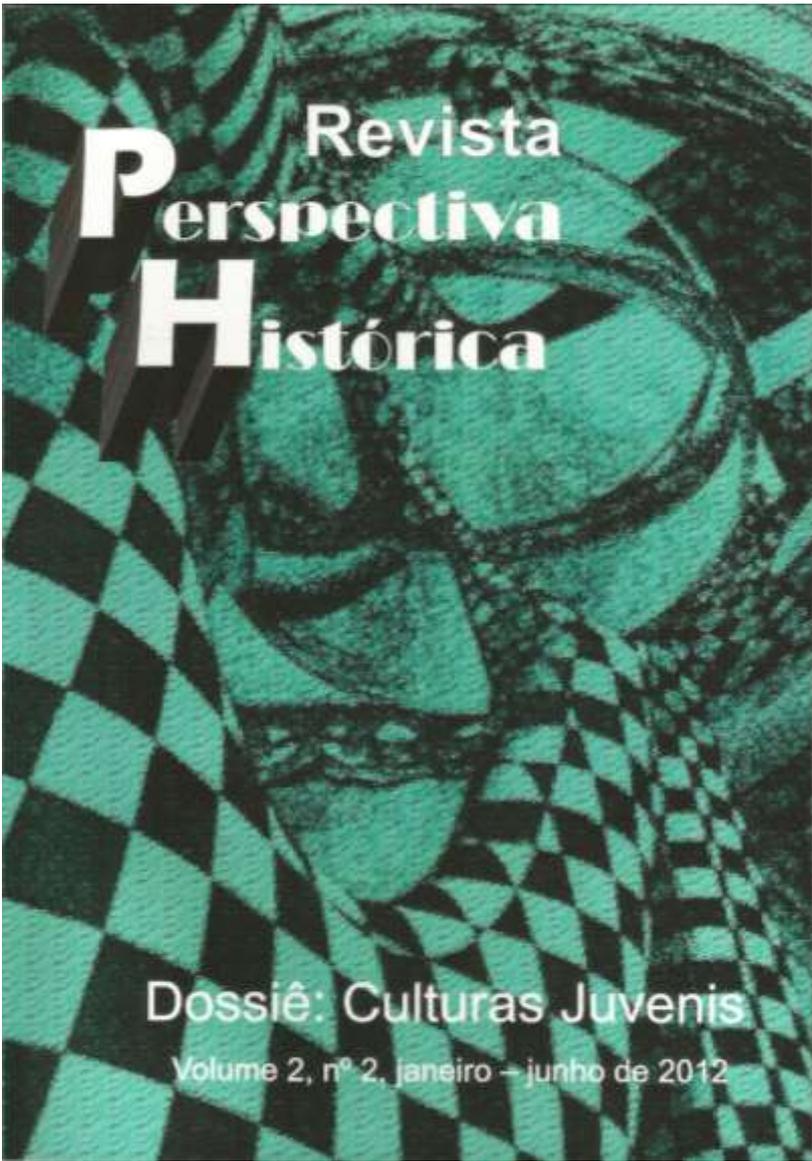
Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2012). *Um século de movimento estudantil no Brasil*. *Perspectiva Histórica*, 2 (2), 13-28.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/12>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/tds>



**P** Revista  
**erspectiva**  
**H** Histórica

Dossiê: Culturas Juvenis

Volume 2, nº 2, Janeiro – junho de 2012

# Revista

## **P**erspectiva **H**istórica

Dossiê: Culturas Juvenis

### ARTIGOS:

*Otávio Luiz Machado*  
*Breno Bringel*  
*Silvio César Benevides*  
*Macello Medeiros*  
*Jordan Mendes*  
*Victor Menezes*  
*Rafael Lopes de Sousa*  
*Gustavo Alonso*  
*Tom Valença*

### ENTREVISTA:

*Edgard Navarro*  
*Grimaldo Zachariadhes*

### RESENHAS:

*Zózimo Traúco*  
*Aristides Oliveira*



A Revista *Perspectiva Histórica* é uma revista semestral, cujo objetivo é discutir criticamente temas relevantes para a sociedade brasileira, funcionando como um canal de diálogo entre a produção acadêmica e um público mais amplo. Procuramos, também, articular diferentes espaços de produção de conhecimento, contando com a participação de autores renomados e novos pesquisadores, que apresentem uma produção de qualidade em seus respectivos campos de estudos.

Informações, colaborações e assinaturas contatem-nos pelo e-mail:  
revistaperspectivahistorica@bol.com.br

**Equipe Editorial:** Adriana Martins dos Santos, Grimaldo Carneiro Zachariadhes (coordenador), Israel Silva dos Santos, Izabel Fátima de Cruz Melo, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Lígia Conceição Santana, Sílvio César Oliveira Benevides

**Conselho Editorial:** Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Elizete da Silva (UEFS), Evergton Sales Souza (UFBA), Jessie Jane Souza (UFRJ), Rafael Rosa Hagemeyer (UDESC) e Ruthy Nadia Laniado (UFBA)

**Capa e Projeto gráfico:** Andréia Santos Silva

**Revisão:** Gérsica Alves Sanches

Tiragem: 500 exemplares

**ISSN: 2237-3195**

Este número foi organizado pelos pesquisadores Izabel Fátima de Cruz Melo e Sílvio César Oliveira Benevides

*Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP). Rua Pedra da Marca, nº 13. Federação CEP: 40225-260.*



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
-------------------	---

### ARTIGOS

#### 1 – UM SÉCULO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Otávio Luiz Machado.....	13
--------------------------	----

*O Brasil produziu durante o século XX um número expressivo de lideranças estudantis que, posteriormente, desempenharam importantes papéis no desenvolvimento econômico, político, cultural e social do país. Nesse sentido, o movimento estudantil tornou-se o movimento juvenil por excelência, considerando que em um século a juventude brasileira atuou e foi protagonista de momentos singulares da nossa história, mas que foi perdendo, gradativamente, a hegemonia para outros movimentos sociais a partir do final da década de 1970, tendo hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo dos jovens. O presente trabalho tem por objetivo oferecer aos leitores e pesquisadores do tema um panorama da história do movimento estudantil brasileiro com vistas a ressaltar a importância do protagonismo juvenil na história das lutas sociais brasileiras.*

#### 2 – CICLO DE PROTESTOS E LUTAS ESTUDANTIS NO BRASIL

Breno Bringel .....	29
---------------------	----

*As lutas dos estudantes universitários brasileiros se manifestam de acordo com as dinâmicas cíclicas e a partir da retroalimentação de outros movimentos sociais. No entanto, os movimentos estudantis apresentam especificidades importantes se comparados a outros movimentos sociais. Este é o ponto de partida deste texto, que leva ao desenvolvimento, na primeira parte do artigo, de alguns elementos para uma abordagem teórico-metodológica que interprete os movimentos estudantis como um movimento social sui generis. Na segunda parte, aprofunda-se o estudo dos movimentos estudantis e, em particular, as suas continuidades e rupturas, tendo como base as teorias dos movimentos sociais. Já na terceira parte, realiza-se uma breve análise cíclica das ações coletivas estudantis no Brasil, para centrar-se, na quarta e última parte, nas lutas recentes dos movimentos estudantis do país, principalmente aquelas ocorridas entre os anos 2007 e 2008.*

## APRESENTAÇÃO

Quando se fala em desejo de transformar radicalmente o mundo e a vida, geralmente toma-se como referência a década de 1960. Esses anos continuam a representar um marco no que tange às utopias revolucionárias, pois, nesse período, projetos de mudança e sonhos de liberdade foram intensamente vivenciados por diversos sujeitos sociais, especialmente, os jovens, que protagonizaram acontecimentos marcantes dessa época, parecendo indicar que a juventude estava disposta a tudo para construir um futuro de paz, amor e igualdade social.

Se este futuro almejado se concretizou ou continua restrito ao âmbito das utopias, não cabe aqui discutir. O fato é que, por conta dos feitos e acontecimentos dessa referida década, a juventude, enquanto categoria de análise, foi tradicionalmente apreendida a partir do papel dos jovens como agentes transformadores, propositores de mudanças e sujeitos capazes de desencadear transformações significativas na sociedade. Não por acaso, a maior parte das pesquisas acadêmicas sobre jovens concentrou – e ainda concentra – suas atenções e esforços nos movimentos estudantis. Por essa razão, outras configurações e manifestações juvenis, sobretudo no que concerne às suas dimensões culturais, simbólicas e comportamentais, conheceram poucos registros e análises.

Sendo assim, a fim de entender as especificidades que caracterizam as manifestações juvenis na atualidade, o presente número da revista *Perspectiva Histórica*, considerando também as formas tradicionais de participação juvenil, a exemplo dos movimentos estudantis, vem ressaltar outras dimensões sociais e históricas das condições e expressões juvenis, não como confirmação ou desvio de uma essência universal da juventude, mas como respostas vinculadas ao contexto histórico em que tais manifestações se realizam.

Partindo, então, de uma análise histórico-social da condição juvenil hoje, o presente dossiê inicia suas análises sobre CULTURAS JUVENIS com o artigo intitulado “Um século de movimento estudantil no Brasil”, do sociólogo e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, Otávio Luiz Machado, que discorre a respeito da história do movimento estudantil brasileiro no século XX, com vistas a ressaltar a importância do protagonismo juvenil na história das lutas sociais brasileiras. Mesmo tendo atuado e protagonizado momentos singulares da nossa história, o movimento estudantil brasileiro desde a década de 1970 vem perdendo,



segundo o autor, a hegemonia para outros movimentos sociais, ocupando hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo juvenil atual.

Seguindo uma linha interpretativa semelhante, o artigo "Ciclo de protestos e lutas estudantis no Brasil", do cientista político paulista e professor da Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Breno Marques Bringel, discorre sobre as lutas dos estudantes universitários brasileiros como manifestações que ocorrem ciclicamente de acordo com dinâmicas conjunturais específicas e a partir da retroalimentação com outros movimentos sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que o autor não acredita que os movimentos estudantis estejam a perder espaço para outros movimentos sociais, haja vista as lutas recentes dos movimentos estudantis do país.

O terceiro artigo do presente dossiê intitulado "O reordenamento de valores e da política: a ação de indivíduos jovens na contemporaneidade", de autoria do cientista social e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Silvio Cesar Oliveira Benevides, discorre sobre a participação política de indivíduos jovens no contexto histórico contemporâneo, buscando observar como os atores jovens de hoje percebem as motivações que os impulsionam a agir como atores politizados em novos espaços de participação que não mais se restringem aos espaços tradicionais de participação, pois a política no mundo contemporâneo está presente e disseminada em múltiplos espaços. Sendo assim, trata-se, segundo o autor, de um enorme equívoco afirmar que a juventude contemporânea não é portadora de utopias e projetos de transformação social.

O artigo seguinte intitulado "Novas tendências na era digital: os usos dos artefatos móveis digitais no ambiente acadêmico", do doutor em comunicação e professor da Universidade Estadual da Bahia e do Centro Universitário Jorge Amado, Macello Santos de Medeiros, junto com dois orientandos, apresenta-nos possíveis tendências sociais e comportamentais do ambiente acadêmico na era digital, especialmente no que diz respeito ao uso de artefatos móveis digitais presentes no cotidiano de uma parcela significativa de jovens e estudantes universitários de hoje. Tais artefatos têm mudado a maneira como os estudantes se relacionam entre si e também com o conhecimento acadêmico, configurando-se em uma das principais marcas das juventudes contemporâneas.

O quinto artigo "Entre o passado e o presente: o movimento Hip Hop e as tradições de luta e resistência da cultura negra", do historiador e professor da Universidade Santo Amaro, Rafael Lopes de Sousa, discute as tradições de luta e resistência da cultura negra difundidas para o mundo com a diáspora africana, a partir

de uma investigação sobre a cultura hip hop. O autor problematiza as práticas de intervenção no espaço urbano que a música rap, um dos elementos da cultura hip hop, trouxe para os jovens periféricos, analisando as contribuições que esses novos atores sociais têm ofertado para se pensar questões cruciais para o Brasil contemporâneo, o que, em muitos casos, se constitui numa manifestação político-social expressiva das novas gerações de jovens das periferias dos grandes centros urbanos do mundo, já que o que esses movimentos reivindicam, em última instância, é inclusão, pertencimento e reconhecimento de uma identidade.

O sexto artigo deste dossiê de autoria do historiador e professor da Universidade Cândido Mendes, Gustavo Alves Alonso Ferreira, aborda uma nova tendência comportamental da juventude contemporânea. Intitulado "O sertão vai à faculdade: o sertanejo universitário e o Brasil dos anos 2000", o artigo visa compreender as ambiguidades e potenciais do termo sertanejo universitário, a fim de compreender esse atual gênero da música rural brasileira. O texto ressalta uma nova realidade do Brasil urbanizado e chama a atenção para o novo padrão estético universitário no país, o que reforça as análises acadêmicas sobre juventude, uma vez que estas têm destacado a necessidade de referir-se a esta categoria no plural e não no singular, haja vista que os jovens possuem múltiplas vivências.

O último artigo deste dossiê, de autoria de Tom Valença (Wilton Valença da Silva Júnior), psicólogo, antropólogo e professor do Centro Universitário Jorge Amado, do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (CETAD/UFBA) e também do Centro de Atenção Psicossocial Gey Espinheira (CAPS AD III), trata do uso do doping e das drogas recreativas lícitas e ilícitas na contemporaneidade, no que tange aos esportistas, especialmente os futebolistas. No texto intitulado "No copo, o trono e a fê na marca do pênalti", há uma reflexão a respeito do uso de substâncias lícitas ou ilícitas no mundo desportivo e de como isto pode ser capitalizado de maneira prejudicial à imagem dos atletas e de seus clubes, sem levar em conta os limites entre a vida privada e profissional destas pessoas. Assim, constrói-se uma imagem de um esportista abstermido, controlado e, portanto, vencedor, em oposição àquele que se permite aos prazeres provocados pelo álcool e outras substâncias, tornando-se, assim, um fardo e um exemplo a não ser seguido pelos jovens.

Além das resenhas de filmes e livros, neste número foi realizada uma entrevista com o cineasta baiano Edgard Navarro. Num dossiê que trata sobre culturas juvenis, nos pareceu apropriado trazer um pouco da trajetória de um dos principais representantes da produção de cinema super-8 na Bahia dos anos 70, e que continua produzindo filmes contemporaneamente. Ouvi-lo falar da sua experiência enquanto jovem em Salvador nos permite caminhar junto a suas memórias em alguns

dos espaços, pessoas e influências, dando-nos pistas para a compreensão de uma das variadas experiências do ser jovem em Salvador na década de 70 do século XX.

Como já dito, a juventude, assim como outras categorias sociais, é perpassada por múltiplas vivências e responde de maneiras variadas às exigências do tempo presente, marcado por uma significativa ambivalência que atinge as diversas instâncias da vida social. Dizer, portanto, que os indivíduos jovens, hoje, são demasiadamente apáticos, conformados, pouco politizados e desprovidos de um espírito renovador capaz de intervir no processo de mudanças sociais, pode traduzir, de um lado, uma incapacidade do observador de se colocar no lugar daquele cujo comportamento observa, e, de outro, a preocupação deste em atribuir objetividade às suas pré-noções. Assim, é importante considerar a juventude como uma categoria historicamente construída, cujas distintas formas de manifestação são, na verdade, uma resposta às exigências da sociedade presente.



## UM SÉCULO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Otávio Luiz Machado<sup>1</sup>

Foi com muita honra que aceitamos participar com um texto de uma revista temática sobre as juventudes, pois acreditamos estar contribuindo para o campo de estudos de Sociologia e História do Movimento Estudantil Brasileiro de forma permanente por meio de publicações, eventos, orientações a estudantes e a construção de um importante banco de dados sobre a temática no Brasil. Também foi o momento de retomar um pouco o trabalho que apresentei como dissertação de mestrado, cujos resultados ainda estão sendo divulgados até o momento.

Então, aqui teríamos um espaço não apenas para dar visibilidade ao que foi produzido, mas de fomentar novos estudos, de apresentar algumas questões que suscitamos nos estudos e pesquisas que produzimos, acompanhamos ou ajudamos a desenvolver com o mais alto sentimento do interesse público presente. O Brasil produziu, durante o século XX, um número expressivo de lideranças estudantis, que, posteriormente, contribuíram com importantes papéis no desenvolvimento econômico, político, cultural e social no país.

Não podemos esquecer que o movimento estudantil tornou-se o movimento juvenil por excelência, considerando que em um século a juventude brasileira atuou e foi protagonista de momentos singulares da nossa história, mas que foi perdendo a hegemonia para outros movimentos gradativamente a partir do final da década de 1970, tendo hoje um espaço extremamente reduzido no conjunto do protagonismo dos jovens.

O movimento estudantil constituiu-se em décadas passadas como um fenômeno social importantíssimo. Os atores sociais envolvidos construíram novos sentidos sobre o espaço universitário ao articularem interesses acadêmicos e políticos para atender a uma expectativa coletiva. A vida universitária constitui o momento em que jovens de diversas camadas sociais passam a ter uma atuação muitas vezes incompatível com a sua condição social de origem, suas vinculações familiares e sua própria expectativa de inserção na sociedade global. O inconformismo juvenil está ligado de alguma forma à maneira como os indivíduos globalizam a situação social, porque, segundo Ianni,<sup>2</sup> "no momento em que se inicia o ingresso na sociedade ampla, o jovem descortina condições e possibilidades de existência que o tornam

<sup>1</sup>Mestre em Sociologia. Pesquisador do Programa Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania da UFPE (PROJUPE-UFPE). E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Octavio Ianni. "O jovem radical", In: Sulamita de Britto (Org). *Sociologia da juventude*, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 228-229.

consciente tanto das condições reais como das emergentes". Daí poder assumir posições, inclusive, radicais.

Para a análise do movimento estudantil brasileiro e da reforma universitária de 1968, há várias vertentes. Uma delas é a representada por Souza Martins,<sup>3</sup> autora que concebe a práxis estudantil como definidora de um projeto de reforma estudantil e de afirmação da condição estudantil. Concluiu que a ação dos estudantes, por meio de contestações e reivindicações visando à reforma da universidade, era resultado de sua insatisfação com as suas condições econômicas, sociais e políticas e de vislumbrarem um horizonte de ascensão social, afirmação profissional e desempenho na sociedade. Uma outra vertente é a de Paula,<sup>4</sup> que considera o movimento estudantil uma instância formativa privilegiada, sobretudo na constituição de uma elite entre os estudantes universitários. Interpreta a autora que o movimento estudantil insurge-se contra o elitismo (privilégios sociais restritos), o pouco acesso à universidade e a formação precária dos profissionais, mas ao mesmo tempo "tende a reproduzir o *status quo* em seus quadros mediante trajetórias de distinção e formação de uma elite no meio estudantil pelo acúmulo de diversos capitais" (ibidem, p. 13). Outra vertente é aquela representada por Foracchi,<sup>5</sup> para quem a universidade, por meio do movimento estudantil seria o canal de ascensão social do seu grupo familiar.

Observa-se, por outra parte, que é incipiente a vertente de estudos acadêmicos que relaciona profissões e movimento juvenil, aspecto que é explorado neste estudo visando compreender os processos sociais que tinham no ensino superior um instrumento de diferenciação social, considerando que o tema da formação profissional estava posto, segundo Brandão,<sup>6</sup> como "ponto fulcral de reflexão da juventude brasileira, tanto do ponto de vista da sua adequação às necessidades sociais, quanto às oportunidades ocupacionais".

O enfoque nas profissões como grupos de interesses pode esclarecer que as preocupações estudantis buscavam acumular benefícios econômicos e *status* na sociedade, na perspectiva da mobilidade coletiva, conforme discutido por Larson.<sup>7</sup> Na construção de suas lutas (sejam elas específicas ou gerais), os jovens

<sup>3</sup>Heloisa T. Souza Martins "Movimento Estudantil e Reforma Universitária". *Contexto*, n. 1, nov. 1976, p. 119-131.

<sup>4</sup>Lucília Paula. *Protogonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção?* Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003.

<sup>5</sup>Marialice Mencarini Foracchi. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

<sup>6</sup>Carla Brandão. *Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, p. 21.

<sup>7</sup>Magali Larson. *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley: University of California Press, 1977.



universitários pensaram profundamente o país, tendo como um ponto presente em todos os momentos fundamentais de sua luta a discussão sobre a "missão do universitário", o aprendizado sobre a realidade nacional e a busca de saídas para a transformação da sociedade brasileira.

A reforma do ensino, em especial do nível universitário, permeou o debate durante todo o século, mas nunca alcançou tanto vigor como de fato veio a se concretizar na primeira metade da década de 1960, com os Seminários Nacionais sobre a Reforma Universitária, que foram marcados pelo seguinte slogan: "Reforma universitária: dever de nossa geração". A reforma universitária estava amarrada com uma forte denúncia da dependência tecnológica do nosso país, porque se os jovens militantes sempre consideravam que a emancipação econômica do Brasil era fator fundamental para o progresso social, então o papel do universitário era o de se preparar enquanto futuros profissionais e enquanto força política para fazer chegar à transformação o quanto antes.

A Campanha "O Petróleo é Nosso", iniciada em 1947, foi um momento-chave do despertar da consciência política dos jovens, pois, no bojo do fim da Segunda Guerra Mundial, entendiam que a existência de países desenvolvidos e atrasados era uma construção política de grupos dominadores que precisava ser combatida com uma reação coletiva.

Mas no meio do caminho havia uma pedra. Ou havia uma pedra no meio do caminho, como trazem os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade. Aliás, duas. Trata-se da ditadura de Getúlio Vargas, iniciada nos anos 1930, e a ditadura civil-militar instituída no país entre 1964 e 1985. As ditaduras trazem como consequências a destruição de sonhos, a imobilização das lideranças e o corte no livre pensamento, o controle burocrático da vida institucional e individual é implacável. Despedaçam-se ao mesmo tempo sonhos, cérebros, corpos e trajetórias, uma vez que as ditaduras não pensam nos limites do sentir, do ser e da dor dos seres humanos, são como máquinas que limpam o terreno, passando por cima de tudo e de todos para implantarem o que realmente desejam como adequadas a si próprias e aos interesses dos seus patrocinadores.

Embora estivesse presente o desejo de transformação ou de mudança radical da sociedade brasileira no conjunto do movimento estudantil, também é preciso considerar que a juventude universitária optou, por muitas vezes, em apoiar seu projeto apenas no campo individual, sem definição ou estratégia política, agindo de acordo com o desejo do conjunto de seu grupo devido à desmobilização ou despolitização dos movimentos estudantis.

Na nossa exposição trataremos resumidamente de três períodos: 1) o da criação das primeiras entidades *estudiantis* (1901) à fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE);<sup>8</sup> 2) o do início da UNE até o golpe de 1964; 3) o de 1964 a 1975 (retomada do movimento estudantil).

### 1 - ENTRE OS ANOS 1901 ATÉ 1938

Até o início do século XX, pode-se dizer que tivemos no Brasil várias manifestações que simbolizavam o envolvimento dos estudantes com questões políticas, principalmente através da imprensa universitária, dos clubes universitários, das repúblicas e das casas de estudantes que concentravam os estudantes e ali desenvolviam debates, congregações e formulavam-se ideias importantes para a causa estudantil ou nacional. O caso mais importante a registrar foi o movimento pela abolição da escravidão, que se deu sem uma articulação estrutural, sem formas de mobilização organizadas e sem um conjunto de especificidades integradas que poderíamos chamar de movimento estudantil.

Embora as universidades nesse período estivessem totalmente dedicadas à formação de jovens oriundos das elites, o que se observava era a organização interna dos estudantes, visando o apoio mútuo, a socialização profissional e a criação de iniciativas no interior das escolas através de entidades estudantis. A primeira delas foi o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em 1901. Outras vieram em seguida. É o caso do Grêmio Politécnico da USP (1903), do Centro de Estudantes Universitários da UFRGS (1903), do Centro Acadêmico Horace Lane da Escola de Engenharia do Mackenzie (1905) e de tantas outras entidades, principalmente após o Estatuto das Universidades Brasileiras estabelecido com o Decreto-lei nº. 19.852 de 11 de abril de 1931, ao dispor que as faculdades deveriam se adequar ao modelo universitário que estava sendo implantado, bem como seriam orientadas pelas determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), criado para assessorar o MEC.

O movimento estudantil brasileiro também passou por adequações com a edição desse Estatuto, pois o mesmo estabeleceu critérios para a organização de

<sup>8</sup>Vários documentos sobre a UNE estão aqui sendo apresentados: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Declaração da Bahia. Rio de Janeiro, 1961; *Carta do Paraná*. Resoluções do II Seminário Nacional da Reforma Universitária. Curitiba, março, 1962. Cadernos da UNE 2, Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962; *Luto atual pela reforma universitária. Cadernos de Coordenação Universitária*, Rio de Janeiro, nº 4, 1963; Teses: "Programa para o Movimento Estudantil". 1968; Teses: "O papel do movimento estudantil no processo revolucionário". 1968; O papel do movimento estudantil no processo revolucionário da sociedade brasileira. 1968; Teses: "Política de massas para o ME". 1968; Teses: "O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura". 1968; Teses: "A situação no Brasil e o movimento estudantil". 1968; "A situação no Brasil e o movimento estudantil", documento preparatório ao 30º Congresso da UNE. 1968.



entidades estudantis, como Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, bem como regulamentou as entidades estudantis no Brasil. A organização do movimento estudantil passou a contar com algumas particularidades, pois, de acordo com Velasco e Cruz,

Em cada unidade básica do sistema de ensino superior – a Faculdade – deveria existir um órgão de representação estudantil, o Diretório Acadêmico, cujo estatuto seria aprovado pelo Conselho Técnico-Administrativo do estabelecimento. As universidades deveriam ter Diretórios Centrais, com estatutos redigidos em acordo com os reitores e aprovados pelos Conselhos Universitários. Órgãos oficiais da instituição, o Diretório Acadêmico e o Diretório Central de estudantes tinham assento, por força de lei, no Conselho Departamental da Faculdade e no Conselho Universitário, respectivamente. A filiação ao Diretório Acadêmico era automática. E nas universidades públicas, além de pequenas verbas, esse organismo contava ainda com franquia postal e o direito ao timbre com as Armas da República<sup>9</sup>.

Em 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes, a UNE, os estudantes brasileiros passaram a politizar muito mais o debate sobre suas reivindicações, pois a entidade construiu um discurso muito crítico sobre a realidade brasileira e atuou muito na formação política dos estudantes, sendo a maior escola de líderes do País durante várias décadas.

## 2 - ENTRE 1938 E 1964

Se é fato que os movimentos estudantis brasileiros tiveram seu processo de crescimento interrompido várias vezes durante o século XX por inúmeros fatores, também é fácil de ser percebido que, entre o final dos anos 1930 e até meados dos anos 1960, o movimento estudantil passou a tomar várias frentes de combate no Brasil.

A Campanha "O Petróleo é Nosso" (de 1947) foi o grande momento de debate sobre a importância da preocupação com as questões nacionais pelos estudantes universitários, levando-se em consideração os desafios do desenvolvimento econômico, a criação de mercado para os profissionais formados nas Universidades e a necessidade de seu crescimento e aperfeiçoamento.

A Campanha, que mobilizou diversas entidades estudantis e outros grupos sociais, como militares e jornalistas, objetivou discutir a emancipação econômica do

<sup>9</sup>Sebastião Velasco e Cruz. *Movimento estudantil e crise na política brasileira*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.p. 6

Brasil a partir da nacionalização das riquezas naturais, bem como a sua adequada exploração pelo próprio Estado. Para Roberto Gusmão,<sup>10</sup> Presidente da UNE em 1947, data do início da campanha O Petróleo é Nosso, o movimento em torno do petróleo foi o ponto de discussão encontrado pelo movimento estudantil para envolver os estudantes na participação política; a UNE em suas circulares estimulava todas as demais entidades a aprofundar tal debate, tendo obtido adesão de diversos grupos sociais interessados na questão nacionalista.

No Brasil, a Segunda Guerra Mundial, também poderia ser vista como um divisor de águas, levando-se em consideração o crescimento econômico, a formação de uma classe operária considerável, a aceleração do processo de urbanização e de industrialização e a constituição de amplas camadas médias urbanas, bastando lembrar que, como aponta Cunha,<sup>11</sup> a população urbana subiu de 12,6%, em 1940, para 22,9%, em 1960.

Para Cunha,<sup>12</sup> com o processo de monopolização do crescimento econômico pelo Estado, buscou-se induzir o “atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias” no período definido como República Populista (1945-1964), o que significou também uma ampliação dos estabelecimentos escolares e do número de alunos matriculados – que passou de 20.739 em 1932 para 27.253 estudantes em 1945 – e da entrada no debate educacional de temas como gratuidade, expansão, integração, federalização, modernização e a construção de uma lei que introduzisse novas diretrizes e bases da educação nacional.

Foi também em meados da década de 1940 que o ensino superior começou a ter uma nova configuração, decorrente da federalização de universidades mediante a agregação das faculdades existentes, modelo que se manterá até a Reforma Universitária de 1968. Nesse contexto, o acesso à universidade visando à obtenção de diplomas foi parte do projeto de ascensão social das camadas médias que, segundo Cunha,<sup>13</sup> “passam a procurar, cada vez mais, obter graus escolares de modo a ingressarem nas organizações burocráticas e progredirem através dos diversos níveis de remuneração/prestígio/poder”.

No discurso dos estudantes dos anos 1950 prevalece um pano de fundo nacionalista, principalmente relacionado à questão energética, tônica que mostrava as debilidades do desenvolvimento econômico brasileiro e a pouca preocupação do

<sup>10</sup>Roberto Gusmão. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

<sup>11</sup>Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983. p.43.

<sup>12</sup>Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.14-17.

<sup>13</sup>Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.62.



ensino superior para com o atendimento das necessidades sociais, pois, conforme Costa & Weber,<sup>14</sup>

Somente na nova etapa da industrialização brasileira, marcada pela produção interna de bens duráveis, que se inicia na década de 50, colocou-se mais explicitamente a problemática do planejamento econômico e do desenvolvimento, e se fez ênfase no planejamento correspondente dos recursos humanos e, assim, do sistema educacional, que deveria adequar-se às necessidades da realidade sócio-econômica.

Também existiu uma forte preocupação com as carreiras universitárias. Nos anos 1950, identificamos diversos cursos universitários que realizaram congressos específicos em suas áreas. Citamos alguns exemplos: 1) Direito: 1950 (da 1ª à 12ª Semana Nacional de Estudos Jurídicos); 2) Medicina (do 1º até o VI Congresso da União Nacional dos Estudantes de Medicina nos anos 1950); 3) Engenharia: 1953 (1º ao 7º Congresso Nacional dos Estudantes de Engenharia); 4) Arquitetura e Urbanismo: 1955 (1º Congresso Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo); 5) Farmácia: 1961 (2º Congresso Nacional dos Estudantes de Farmácia); 6) Filosofia: 1958 (1ª Semana Nacional dos Estudantes de Filosofia); 7) Arte: 1953 (1º Congresso Nacional de Estudantes de Arte); 8) Artes Plásticas: 1955 (3º Congresso Nacional de Estudantes de Artes Plásticas); 9) Odontologia: 1956 (3º Congresso Nacional de Odontologia).

Um dos momentos mais ricos do movimento estudantil no século XX aconteceu com os Seminários sobre Reforma Universitária da UNE produzidos a partir de 1961, culminando na unificação do debate sobre ensino superior, formação profissional, participação do movimento estudantil e problemas brasileiros.

Para Fávero,<sup>15</sup> o documento do Primeiro Seminário – a Declaração da Bahia (1961) – expressou uma fase de transição do movimento estudantil, porque tentou “não separar os problemas da universidade, de um lado, e a situação econômica e política do País de outro”. Tal tipo de preocupação indicaria que precede a análise de Florestan Fernandes,<sup>16</sup> em relação ao movimento estudantil no início da década de 1960, quando destacava que na década de 1950 “foram criadas as condições materiais e intelectuais para que o estudante gerasse novos tipos de movimento estudantil e de

<sup>14</sup>Lia Parente Costa; Silke Weber. “Universidade e desenvolvimento: novas considerações sobre uma velha ilusão”. In: *A Universidade e seus mitos*. Comunicações Pimes, n. 18, UFPE/PIMES, 1977, p. 1-2.

<sup>15</sup>Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p.37.

<sup>16</sup>Florestan Fernandes. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978. p.48.

protesto estudantil". Segundo o autor, teria havido quebra na "acomodação conservadora", conquanto admita ter havido no início da década de 1960 um movimento que também vinha de fora da Universidade.

Florestan Fernandes relacionou a demanda de mudanças estruturais à mobilidade social, como projeto de ascensão da classe média que crescia vertiginosamente. O interesse da classe média pelo ensino formal teria ocorrido nos anos 1950, quando conhecimentos técnicos nas principais carreiras foram associados a maiores vantagens sociais. A competição pelas oportunidades educacionais era a principal causa da mobilização estudantil, assevera Florestan. A partir daí a Universidade passou a ser extremamente valorizada.

No contexto da industrialização crescente (1945-64), marcado pelo populismo, o aumento da procura pela educação estava associada, segundo Cunha, ao "processo de deslocamento dos canais de ascensão social para as camadas médias", uma vez que a universidade era percebida como instituição de modernização da sociedade, o que trouxe conteúdos novos ao movimento estudantil e consequências no campo educacional.<sup>17</sup>

A estrutura universitária pouco se modificara até os anos 1960, conforme Cunha, "foi só na década de 1960 que uma doutrina sistemática sobre a reforma universitária tomou forma no Brasil, respondendo a esses antigos anseios de superação do modelo napoleônico de ensino superior", o que permitia pensar uma nova universidade em contraposição às universidades tradicionais, privilegiando novas formas para as carreiras consagradas, mais voltadas para a formação profissional diversificada e com conteúdo utilitário.<sup>18</sup>

O 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, de 1957, foi, de acordo com Cunha,<sup>19</sup> o pontapé inicial do movimento que entrou os anos 1960 como pauta principal da entidade, dando continuidade à plataforma voltada para as questões nacionais. Vários seminários específicos foram realizados sobre o tema. O que se discutia, segundo Bomeny, era que "a sociedade se modernizava, mas a universidade caminhava em sentido inverso" e que era distante dos setores populares, tal como foi difundido pela União Nacional dos Estudantes (UNE).<sup>20</sup> Num estudo realizado para a UNE em 1960, Álvaro Vieira Pinto ressaltava que a universidade não preparava "o

<sup>17</sup>Luiz Antônio Cunha. *A Universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.41.

<sup>18</sup>Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.17.

<sup>19</sup>Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*, p.19.

<sup>20</sup>Helena Bomeny. A reforma universitária de 1968 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 51-65, outubro de 1994, p.54.



profissional futuro para ser homem do povo, mas justamente para ser alguém que se destacou do povo, pela condecoração doutoral".<sup>21</sup>

A inclusão da universidade brasileira num projeto de desenvolvimento nacional foi a tônica da Carta da Bahia, produzida pela UNE, em 1961, durante o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Referia-se à contribuição das universidades na formação de profissionais, exigindo-se a sua modernização e o atendimento a um maior número de estudantes. O aumento de vagas passou, então, a ser um ponto destacado nos diversos documentos da UNE na década de 1960.

O questionamento contra o tipo de ensino superior existente no país levava à crítica do sistema educacional organizado "sob o signo do humanismo alienado como as mais diversas variações da escola pragmática e instrumentalista, isto é, pseudo-técnica-profissional" (UNE, 1962). Os Seminários de Reforma Universitário objetivaram mobilizar o conjunto dos estudantes universitários tanto para a temática em si como para as transformações pelas qual o país passava em relação às quais os estudantes não podiam ficar indiferentes:

Mas, hoje, com o avanço industrial de nosso país, a conseqüente necessidade da Reforma Agrária, a importância crescente da classe trabalhadora no nosso panorama político, reivindicando melhores situações de vida, necessitando de escolas para seus filhos etc., a estrutura das universidades brasileiras tornou-se caduca, por não atender as necessidades de nossa atual situação. Assim, fica expressa a luta (até certo ponto) da superada classe latifundiária com a burguesia industrial e dos trabalhadores com ambas. Também, se lutarmos pela nossa Reforma Universitária todas as conquistas que sejam feitas representarão uma pequena ou grande vitória das camadas populares, pois elas estarão ligadas à luta pela escola pública, por maior rede de ensino secundário público etc. (Tese "Reforma Universitária: Instrumento Político na Luta do Estudante, UNE, 1962).

Vários documentos apresentados especificamente no II Seminário Nacional de Reforma Universitária apontam que, quando os estudantes refletiam sobre sua participação na vida do país a partir do debate sobre os rumos da universidade e o papel mobilizador que o tema teria sobre o conjunto dos estudantes, pretendiam indicar a potencial força dos estudantes para a libertação nacional,

O documento mais completo da UNE nesse período intitula-se "UNE: luta atual pela reforma universitária", de dezembro de 1963. Está claro no documento que a partir desse tema seria possível desdobrar outros pontos de reivindicação, sem

<sup>21</sup> Álvaro Vieira Pinto. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.p.83.

perder o caráter específico da reforma. O documento, entretanto, poderia ser considerado elitista tendo em vista que o problema da formação profissional estava ligado, sobretudo, à possibilidade de “conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário” (UNE, 1963).

Para a UNE, entidade que representava os estudantes no plano nacional, “foi o debate sobre as Diretrizes e Bases que introduziu a pergunta – ‘Universidade para quem?’ acrescentada a outras questões anteriores: ‘Universidade como ou para quê?’” (UNE, 1963).

Aí foi recuperada parte da história do movimento estudantil que, segundo o documento, esteve pautada sempre de forma desarticulada entre reivindicações estudantis e luta política, o que na prática ocorreu “como dois momentos isolados da vida universitária, dilacerada a presença do movimento estudantil entre a condição de estudante e a condição do cidadão” (UNE, 1963).

O mesmo documento identificou o momento de politização crescente e a fase em que o movimento estudantil partiu para o “combate sistemático às causas primárias dos seus problemas e da problemática geral do país” (UNE, 1963), como a fase de amadurecimento que seria justamente dada nas campanhas do petróleo, dos minérios e outros temas presentes no auge da fase das lutas nacionalistas. Portanto, a posição de luta pelo desenvolvimento econômico autônomo do Brasil marcaria uma tomada de posição importante para o movimento estudantil.

No ano seguinte, aumentaria a consciência estudantil de sua responsabilidade social e política, a UNE se tornaria um instrumento de pressão mais e mais poderoso, adquirindo conteúdo popular crescente, até que no XXVI Congresso, o programa político da UNE se enriqueceria com a luta pelas reformas de base, considerada como etapa para libertação nacional (...). A luta pela Reforma Universitária foi, desta forma, o elo que uniu as reivindicações escolares à luta política do movimento estudantil. Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular.

A luta pela reforma universitária passou a ser uma luta política:

Só à medida que avança a luta política, e se define mais nitidamente como luta de libertação nacional, e inclui a luta pelas reformas de base como estágio da luta de libertação nacional, vai descobrir-se a reforma

universitária como uma das reformas da libertação nacional e à emancipação do povo.

O documento aponta que o debate da reforma universitária surgiu num momento especial, em 1957, quando se discutia o papel da universidade (para quê?) ou a sua contribuição para um projeto de país, que depois foi superado ao se entender que a Universidade possuía importância fundamental para um projeto de país. Agora, cabia discutir a democratização do acesso (Universidade para quem?).

Com efeito, no bojo da campanha pela reforma universitária, o Congresso Nacional aprovava em 1961 a LDB, que suscitou fortes reações da UNE porque, de acordo com Groppo,<sup>22</sup> não atendia à sua visão da “necessidade de se reformar a universidade juntamente com a reforma da sociedade”. Tais questões já foram consideradas em trabalhos diversos, como os de Cunha<sup>23</sup>, Fávero<sup>24</sup> e Poerner<sup>25</sup>. A luta por espaços maiores para o movimento estudantil desembocou numa greve nacional, a Greve do 1/3, no primeiro semestre de 1962, tendo em vista os impasses gerados entre estudantes e governo em função da promulgação da LDB.

### 3 - ENTRE 1964 e 1975

O golpe militar de 1964 provocou a interrupção da efervescência vivida pelos estudantes universitários até então. Além do fechamento de entidades estudantis e a prisão dos principais líderes estudantis nos primeiros dias do golpe, as universidades conviveram a partir daí com inúmeros IPMs (Inquéritos Policiais Militares), buscando averiguar possíveis crimes contra a “segurança nacional”.

Por outro lado, o período compreendido entre 1964 e 1975 foi extremamente profícuo em termos de propostas ou mesmo de medidas para a reformulação do ensino superior, como o Plano Nacional de Educação (1965), o Acordo Mec-Usaid, a CPI da Educação Superior, a Comissão Meira Mattos, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, a Lei Suplicy e o Decreto-Lei 477. É óbvio que a participação dos estudantes nas decisões sobre os assuntos políticos e universitários foi então muito limitada, dadas as ameaças e as repressões, mesmo assim o movimento estudantil procurou debater alguns temas, como a democratização do acesso.

<sup>22</sup> Luis Antônio Groppo. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora Unimep, 2005, p.65.

<sup>23</sup> Luiz Antônio Cunha. *Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*.

<sup>24</sup> Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. “Os estudantes e o problema universitário nos anos 1960”. In: Otávio Luiz Machado; Michel Zaidan (Orgs.). *Movimento Estudantil Brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora UFPE, 2007.

<sup>25</sup> Arthur José Poerner. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 4a ed. Ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.



Outras iniciativas, como a Lei Suplicy (nº. 4.464, de 9/11/1964), por outra parte, representaram grande quebra da espinha dorsal do movimento estudantil, como diria Fernandes<sup>26</sup>. A nova regulamentação das entidades estudantis representava o cerceamento da liberdade de atuação, uma vez que seus estatutos teriam de estar em consonância com as determinações ministeriais, impondo uma redefinição de suas atribuições.

Para Florestan Fernandes,<sup>27</sup> a Universidade foi confrontada pelo golpe de 1964, cujo "sistema de poder respondeu esmagando os defensores da causa da reforma universitária e apropriando-se da bandeira da reforma universitária para realizá-la às avessas". Além disso, para ele, o aumento da população escolar ocorreu "porque os militares usaram a técnica de inundar as universidades com estudantes jovens, novos para quebrar a espinha dorsal do antigo movimento estudantil e a rebelião estudantil".<sup>28</sup>

Os movimentos estudantis no pós-1964 ganharam novas dimensões nas pautas de reivindicação e nas formas de produção de debates. O ponto comum de todas as entidades estudantis existentes era o combate à ditadura, embora a divergência quanto às formas de luta produzisse uma grande divisão no movimento estudantil brasileiro. Mesmo com a repressão, as entidades estudantis de base continuaram realizando um trabalho visando a atender ao conjunto dos estudantes, como parte de apoio acadêmico aos estudantes, produção de eventos culturais, esportes, jornais, jornal-mural, trotes etc.

Embora a luta pela mudança da formação profissional fosse dada por meio do combate ao Acordo Mec-Usaid, mais verbas, mais vagas (sobretudo para atender aos "excedentes") e o alargamento da oferta de cursos para atender às expectativas dos novos postos de trabalho, cremos que o conteúdo da formação profissional continuou a estar presente no debate da luta contra o sistema educacional da ditadura, o que significou duas formas de luta: a) lutas específicas e; b) luta política.

Haveria uma resposta aos anseios imediatos dos estudantes por meio de lutas específicas, bem como uma luta política a ser travada contra a própria ditadura, que, em alguns casos, tornou-se a luta principal, pois não bastava exigir uma universidade adequada dentro de um sistema repressor.

O não atendimento a questões que afligiam setores médios da sociedade, como a expansão das vagas e a atualização do ensino superior, produziu uma tensão

<sup>26</sup>Florestan Fernandes. "Texto de palestra de Florestan na UFU". In: *Homenagem a Florestan Fernandes*, Uberlândia, CDHIS/ADUFU/SINTET/UFU, 1995, p.19.

<sup>27</sup>Florestan Fernandes. "Texto de palestra de Florestan na UFU", p.38.

<sup>28</sup>Florestan Fernandes. "Texto de palestra de Florestan na UFU", p.19.



entre a ditadura e tal segmento social a partir de 1967, expressada na questão dos "excedentes", fortalecendo o próprio movimento estudantil. Foram restabelecidos os vínculos que haviam sido perdidos entre o movimento estudantil e os estudantes na luta pela expansão das vagas, a partir da sua politização, tendo como foco a repressão da ditadura militar. A luta política contra a ditadura militar voltou a predominar no discurso do movimento estudantil e os slogans "abaixo a ditadura" ou "abaixo o imperialismo yankee" simbolizaram o novo movimento estudantil oriundo da resistência aos desmandos do regime militar nos espaços universitários.

Por outro lado, em 1968, período marcado por uma onda mundial de revoltas, conforme salienta Luis Antônio Groppo, o movimento estudantil brasileiro se integrou às rebeldias juvenis do planeta. Passou a conhecer outros movimentos existentes no mundo, a eles se associar e desenvolver movimentos locais com uma visão global e com desejos libertários em comum. O imperialismo norte-americano (que estava sendo observado por imagens no mundo todo com a Guerra do Vietnã), a solidariedade à Revolução Cubana e a posição a favor da independência política e econômica dos países da América Latina foram questões que mobilizaram bastante, assim como o questionamento acerca dos valores da sociedade burguesa e industrial. O comportamento político, o estilo de vida e as preocupações dos atores sociais daquele período estavam identificados com a quebra de valores e de tabus e a dissolução do sistema capitalista vigente. Questionava-se desde a ordem estabelecida que tentava justificar as guerras a uma série de formas de opressão, como o machismo. A desinstitucionalização da vida privada foi marcada pelo questionamento do casamento, por exemplo. O forte desejo de liberdade foi marcado com a revolução sexual. Uma das pichações em um dos muros de Paris expressa muito bem tal aspecto: "Quanto mais amor eu faço, mais vontade tenho de fazer a revolução. Quanto mais revolução faço, maior vontade eu tenho de fazer amor".<sup>29</sup>

A influência dos movimentos libertários em várias partes do mundo, sobretudo dos revolucionários de Cuba, Vietnã, Argélia, e China, fazia da revolução uma bandeira ou lema. O assassinato do jovem secundarista Edson Luis, no Restaurante Calabouço do Rio de Janeiro, reacendeu o movimento estudantil e sensibilizou as classes médias contra uma ditadura que estendia a lógica da violência física para além da repressão aos trabalhadores. Uma das frases presentes nas faixas durante o enterro do jovem era: "mataram um estudante, podia ser seu filho".

Outras medidas do governo ainda atingiriam a universidade. O AI-5, promulgado em dezembro de 1968, reafirmava as intenções do golpe de 1964, como "a modernização conservadora da economia, concentradora de riquezas e considerada pela classe dirigente como a única saída viável para superar a crise

<sup>29</sup>Luis Antônio Groppo. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968*, p.27.

vivida em meados da década de 60".<sup>30</sup> O Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969 tornava as universidades um espaço limitado para a discussão política e o combate à ditadura brasileira. Para Freitag,<sup>31</sup> as duas medidas criadas pelo regime militar foram fundamentais para reforçar a clássica mensagem dos regimes autoritários de que "estudante deve apenas estudar: Se fizer política e não conseguir satisfazer os requisitos de uma média mínima pode ser jubilado; se consegue conciliar estudos e atividade política pode ser desligado da universidade pelo 477".

Nesse contexto, o período de 1969 pode ser visto como o de enorme desmobilização do movimento estudantil, pois o fechamento de diversos diretórios que apontavam alguma resistência ao regime militar somou-se às prisões dos líderes estudantis, após o Congresso da UNE em outubro de 1968. O AI-5 representou uma medida adotada pela ditadura para reaver seu domínio que estava sendo perdido pela resistência dos opositores, pela falta de apoio da classe média e pelas próprias divergências internas dos comandantes da ditadura, que demonstrava a prevalência da força política da "linha dura" nos rumos do golpe.

Analisando o movimento estudantil dos anos 1970, é observado que, aliado às reivindicações e denúncias de aspectos administrativos, há a emergência de novas práticas políticas tal como indicada por Mirza Pellicciotta.<sup>32</sup>

Lidar com a transformação, em si mesma, do movimento estudantil brasileiro na década de 1970 significa, neste caso, lidar com a emergência de uma dimensão "alternativa" de perspectivas e experiências coletivas muito cara à análise do contemporâneo – tanto em relação à reforma (tecnocrática) da Universidade, quanto no aspecto de uma cultura de massas, ou ainda das mudanças (significativas) do mercado de trabalho e inserção profissional – que por diversos meios têm lugar entre as alterações de forma de organização deste movimento.

Se não estava sendo possível participar do debate sobre a reforma universitária – que tinha sido uma alavanca para acionar um movimento estudantil de grande envergadura em décadas anteriores –, a estratégia utilizada pelos estudantes no movimento estudantil entre 1969 e 1975 foi a de focar nos problemas internos da sua profissão de forma desligada dos problemas políticos, além de trazer

<sup>30</sup> Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.p. 30.

<sup>31</sup> Barbara Freitag. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.p.132.

<sup>32</sup> Mirza Pellicciotta. "Mobilizações estudantis nos anos 1970". In: Otávio Luiz Machado, Michel Zaidan e Luis Antônio Groppo (orgs). *Juventude e Movimento Estudantil Brasileiro: Ontem e Hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008, p. 179-213.

temas culturais de forma sutil para o interior dos centros e diretórios acadêmicos, como forma de animar o debate. Por esse motivo,

Na medida em que os estudantes perdem o lugar e o papel representativo nas estruturas de poder da Universidade e se vêem obrigados a defender um lugar social através da luta pela qualificação profissional, o movimento ganha uma fisionomia mais efêmera, fragmentária e variada. No mesmo sentido, as movimentações são forçadas a criar, em um misto de temor e fragilidade, as suas novas condições de luta política.<sup>33</sup>

É dentro dessas novas condições de luta que se pode observar o debate específico sobre a formação profissional ressurgir, que havia desaparecido após o golpe de abril de 1964, bem como começou a ressurgir o debate sobre a questão da democracia, dos direitos humanos, da desigualdade social e da educação como ferramenta de transformação e não como mecanismo de instrumentalização das massas.

No final dos anos 1970, a recriação da UNE e de diversas Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), assim como a mobilização saindo do interior das universidades e ganhando a rua tornam-se parte do cenário nas principais cidades brasileiras. Neste momento, a redemocratização configurou-se como um tema que deveria estar presente no debate até que se alcançasse de fato o fim do regime civil-militar. Uma luta que foi considerada parcialmente vitoriosa, pois, com a derrota das Emendas das Diretas-Já e a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves, o que se conseguiu foi uma transição, pelo alto, à democracia.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo buscamos apresentar resumidamente um pouco da relação de superioridade existente entre os movimentos juvenis, em especial o movimento estudantil, considerando que o alto grau de visibilidade, a questão nacional que o favorecia e o alto grau de consciência social adquirido por muitas lideranças ao longo do tempo são variáveis que precisam ser consideradas, sobretudo num momento para o qual a universidade brasileira contribuía significativamente na construção de um projeto de sociedade.

O pensamento das juventudes brasileiras ainda precisa ser objeto de sistematização e valorização, em razão de ter influenciado decisivamente na construção de um Brasil moderno, sendo, em alguns momentos, a matriz do

<sup>33</sup>Mirza Pellicciotta. "Mobilizações estudantis nos anos 1970". p.187.

pensamento social e que se confundia com o pensamento intelectual mais aprimorado sobre a realidade brasileira.

O objeto de análise para o qual direcionamos o nosso olhar atualmente na UFPE é o desvendamento das heranças deixadas por esses militantes, quais são as raízes do seu pensamento e quais análises retrospectivas as principais lideranças do País fazem, ou seja, quais conquistas realizadas e obtidas tempos atrás provocam ainda impactos no cotidiano. Mas a América Latina anda muito longe de conhecer a fundo a história do movimento estudantil, já que os arquivos se perderam ou estão lacrados sob a guarda das nossas autoridades, além da falta de registro, por meio de entrevistas, das falas dos principais personagens e dos seus respectivos dados que, porventura, venham a possuir. Só a criação de uma rede de pesquisadores, de relações entre as instituições, o aumento significativo de publicações e a generosidade na divulgação das informações darão um novo tempo aos nossos estudos.